

*Marcos
Cesar
Pavani
Parolin*

**CURSO DE
DIREITO
TRIBUTÁRIO**



Belo Horizonte
2013



Copyright © 2013 Editora Del Rey Ltda.

Nenhuma parte deste livro poderá ser reproduzida, sejam quais forem os meios empregados, sem a permissão, por escrito, da Editora.
Impresso no Brasil | *Printed in Brazil*

EDITORA DEL REY LTDA.
www.livrariadelrey.com.br

Editor: Arnaldo Oliveira

Editor Adjunto: Ricardo A. Malheiros Fiuzza

Editora Assistente: Waneska Diniz

Coordenação Editorial: Wendell Campos Borges

Editores: João Bosco Mourão

Revisão: RESPONSABILIDADE DO AUTOR

Capa: CYB Comunicação

Editora / MG

Rua dos Goitacazes, 71 – Sala 709-C – Centro
Belo Horizonte – MG – CEP 30190-050
Tel: (31) 3284-5845
editora@delreyonline.com.br

Conselho Editorial:

Alice de Souza Birchall
Antônio Augusto Cançado Trindade
Antonio Augusto Junho Anastasia
Aroldo Plínio Gonçalves
Carlos Alberto Penna R. de Carvalho
Celso de Magalhães Pinto
Dalmar Pimenta
Edelberto Augusto Gomes Lima
Edésio Fernandes
Fernando Gonzaga Jayme
Hermes Vilchez Guerrero
José Adércio Leite Sampaio
José Edgard Penna Amorim Pereira
Luiz Guilherme da Costa Wagner Junior
Misabel Abreu Machado Derzi
Plínio Salgado
Rénan Kfuri Lopes
Rodrigo da Cunha Pereira
Sérgio Lellis Santiago

P257c Parolin, Marcos Cesar Pavani
Curso de Direito Tributário. / Marcos Cesar Pavani Parolin. Belo Horizonte:
Del Rey, 2013.

xxvi + 582 p.

ISBN:978-85-384-0321-0

1. Tributação, Brasil. 2. Sistema tributário, Brasil. 3. Legislação tributária, Brasil. 4.
Direito tributário, Brasil. 5. Brasil. [Código tributário nacional (1966)]. I. Título.

CDU: 336.2:34(81)

Biblioteca responsável: Nilcéia Lage de Medeiros
CRB/6-1545

SYS:985187

SUMÁRIO

PARTE GERAL	1
CAPÍTULO I – NOÇÕES INTRODUTÓRIAS	3
1. Atividade Financeira do Estado	3
2. Receitas Públicas	9
3. Diferenças entre Direito Tributário e Direito Financeiro.....	11
4. Enquadramento teórico do Direito Tributário.....	12
5. Autonomia do Direito Tributário	13
CAPÍTULO II – CONCEITO DE TRIBUTO	15
1. Definição legal e doutrinária de tributo	15
2. Aspectos do conceito de tributo	17
2.1. Obrigação	18
2.2. Obrigação de dar em moeda	18
2.3. Caráter compulsório.....	19
2.4. Não configura o tributo sanção por ato ilícito.....	20
2.5. Tributo é instituído por lei.....	23
2.6. Tributo decorre de atividade administrativa vinculada.....	23
3. Natureza jurídica.....	24
4. Espécies de tributos.....	25
4.1. Impostos.....	26
4.2. Taxas	29
4.3. Contribuições de melhoria	30
4.4. Empréstimos compulsórios.....	31
4.5. Contribuições especiais.....	31
5. A classificação jurídica dos tributos.....	32
6. Outras classificações de tributos	33

CAPÍTULO III – OBRIGAÇÃO TRIBUTÁRIA	39
1. Conceito de obrigação tributária	39
2. Espécies de obrigação tributária	41
3. Nascimento da obrigação tributária	43
4. Fato Gerador. Conceito e categorias	46
5. Momento da ocorrência do fato gerador	48
 CAPÍTULO IV – HIPÓTESE DE INCIDÊNCIA	 53
1. Conceito de Hipótese de Incidência.....	53
2. Aspecto Material	56
2.1. Materialidade e arquétipo constitucional	57
3. Aspecto Espacial	58
3.1. Bitributação e bis in idem	60
4. Aspecto Temporal	62
4.1. Conflito de leis no tempo e o princípio do tempus regit actum	63
5. Aspecto Pessoal.....	66
5.1. Sujeito passivo direto e sujeito passivo indireto	66
5.2. Solidariedade tributária	67
5.3. Capacidade tributária, parafiscalidade e extrafiscalidade	69
6. Aspecto Quantitativo ou Valorativo	71
 CAPÍTULO V – COMPETÊNCIA TRIBUTÁRIA.....	 75
1. Conceito de Competência Tributária	75
2. Distribuição de Competências e Repartição das Receitas	
Tributárias pelo Critério da Solidariedade.....	77
3. Competência privativa, comum e residual.....	79
4. Diferença entre Competência Tributária e	
Capacidade Tributária Ativa	80
5. Características da Competência Tributária	81
 CAPÍTULO VI – O SISTEMA TRIBUTÁRIO NACIONAL.....	 83
1. Conceito de Sistema Tributário Nacional	83
2. Estrutura do Sistema Tributário Nacional.....	84

2.1. A norma da Constituição Federal.....	85
2.2. A Emenda Constitucional.....	85
2.3. A Lei Complementar.....	86
2.4. A Lei Ordinária.....	88
2.5. A Medida Provisória.....	90
2.6. Os Tratados e Convenções Internacionais.....	91
2.7. A Lei Delegada.....	92
2.8. O Decreto Regulamentar.....	92
2.9. As Normas Complementares.....	93
3. O Princípio da Rigidez Constitucional e o Princípio da Supremacia da Constituição.....	94

CAPÍTULO VII – O SUJEITO PASSIVO DA

OBRIGAÇÃO TRIBUTÁRIA.....	97
1. Definição do Sujeito Passivo da Obrigação Tributária.....	97
2. Espécies de Sujeito Passivo da Obrigação Tributária.....	98
3. O Responsável Tributário.....	98
4. Quadro geral da Responsabilidade Tributária.....	99
4.1. Responsabilidade Tributária por Transferência e por Substituição.....	100
4.2. Sucessão Tributária.....	101
4.2.1. Sucessão Causa Mortis.....	101
4.2.2. Sucessão Imobiliária.....	103
4.2.3. Sucessão Mobiliária.....	105
4.2.4. Sucessão de Empresas.....	106
4.2.4.1. Fusão, transformação, incorporação e cisão.....	106
4.2.4.2. Continuação da exploração da atividade por qualquer sócio remanescente.....	107
4.2.4.3. Aquisição de fundo de comércio.....	109
4.3. Responsabilidade de terceiros.....	110
4.3.1. A responsabilidade de terceiros do artigo 134 do CTN.....	111
4.3.2. A responsabilidade de terceiros do artigo 135 do CTN.....	113

4.4. Responsabilidade por infrações	118
4.4.1. Direito Tributário Penal e Direito Penal Tributário	119
4.4.2. Responsabilidade por infrações tributárias independente de dolo.....	120
4.4.3. A responsabilidade do agente.....	121
4.4.4. A denúncia espontânea.....	121
5. A substituição tributária	123

CAPÍTULO VIII – PRINCÍPIOS CONSTITUCIONAIS

TRIBUTÁRIOS	129
1. Conceito de Princípio.....	129
2. Princípio da Legalidade	133
2.1. Legalidade, Reserva Legal e Estrita Legalidade.....	134
2.2. Exceções ao Princípio da Legalidade	135
2.3. Criação ou majoração de tributos por outras figuras normativas.....	136
3. Princípio da Anterioridade	139
3.1. Exceções ao Princípio da Anterioridade	141
3.2. Anterioridade e Anualidade.....	143
3.3. Criação de tributo por medida provisória	144
4. Princípio da Noventena.....	145
5. Princípio da Irretroatividade	146
5.1. O Princípio do Tempus Regit Actum e as normas de Direito Material, Formal e de Direito Tributário Penal	148
6. Princípio da Igualdade	150
7. Princípio do Caráter Pessoal	152
8. Princípio da Capacidade Contributiva	152
8.1. A expressão “sempre que possível”	153
8.2. O critério da progressividade	155
9. Princípio do Sinal de Riqueza	158
9.1. O Princípio do Sinal de Riqueza e o Princípio da Igualdade.....	167

9.2. O Princípio do Sinal de Riqueza e a Capacidade Contributiva	167
9.3. O Princípio do Sinal de Riqueza e a Dignidade da Pessoa.....	168
9.4. O Princípio do Sinal de Riqueza e a Razoabilidade e Proporcionalidade	168
9.5. Implicações práticas do Princípio do Sinal de Riqueza	169
10. Princípio da Proibição do Confisco.....	173
11. Princípio da Reserva das Competências Impositivas.....	175
12. Princípio da Uniformidade.....	176
13. Princípio da Liberdade de Tráfego.....	177
14. Princípios da Proporcionalidade e da Razoabilidade.....	178
15. Princípio da Retributividade	186
16. Princípio da Não Cumulatividade	188

CAPÍTULO IX – LIMITAÇÕES À TRIBUTAÇÃO:

NÃO INCIDÊNCIA, IMUNIDADE E ISENÇÃO.....	191
1. Incidência tributária	191
2. Não Incidência em sentido estrito.....	194
3. Imunidade	194
3.1. Imunidade recíproca.....	195
3.2. Imunidade dos templos de qualquer culto	196
3.3. Imunidade dos partidos políticos, suas fundações, entidades sindicais, de educação e de assistência social.....	197
3.4. Imunidade dos livros, jornais, periódicos e o papel destinado a sua impressão	198
3.5. Outras imunidades	199
3.6. A imunidade implícita derivada da ausência do sinal de riqueza.....	200
4. Isenção	201
5. Diferenças entre Imunidade e Isenção	205

CAPÍTULO X – ELISÃO, EVASÃO E SONEGAÇÃO FISCAL.....	207
1. Conceito de elisão fiscal.....	207
1.1. A norma antielisão.....	208
2. Conceito de evasão fiscal	209
2.1. Diferença entre elisão e evasão fiscal	210
3. Sonegação fiscal.....	211
3.1. Os crimes tributários no Direito Brasileiro.....	212
3.1.1. O descaminho.....	212
3.1.2. A apropriação indébita previdenciária	213
3.1.3. Sonegação de contribuição previdenciária.....	214
3.1.4. Os crimes da Lei nº 8.137/90.....	214
 CAPÍTULO XI – LEGISLAÇÃO TRIBUTÁRIA	219
1. Conceito de Legislação Tributária	219
2. Leis.....	220
3. Tratados e Convenções Internacionais.....	222
4. Decretos	222
5. Normas Complementares.....	223
5.1. Atos normativos expedidos pelas autoridades administrativas.....	223
5.2. Decisões dos órgãos singulares ou coletivos de jurisdição administrativa, a que a lei atribua eficácia normativa.....	224
5.3. Práticas reiteradamente observadas pelas autoridades administrativas.....	224
5.4. Convênios que entre si celebrem a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios.....	224
5.5. As normas complementares e a modificação do critério jurídico de interpretação da legislação tributária	225
 CAPÍTULO XII – VIGÊNCIA E APLICAÇÃO DA LEGISLAÇÃO TRIBUTÁRIA.....	227
1. Disposições gerais sobre vigência e aplicação da norma tributária	227

2. Vigência da legislação tributária no espaço	228
3. Vigência da legislação tributária no tempo	229
4. Aplicação da legislação tributária	229

CAPÍTULO XIII – INTERPRETAÇÃO E INTEGRAÇÃO

DA LEGISLAÇÃO TRIBUTÁRIA.....	231
1. Conceito de interpretação e integração	231
2. Métodos de interpretação da legislação tributária	232
3. Meios de integração da legislação tributária.....	233
4. Autonomia do Direito Tributário	234
4.1. Adoção plena dos institutos de direito privado	235
4.2. Adoção parcial dos institutos de direito privado	237
4.3. Não adoção dos institutos de direito privado	237
5. Interpretação literal e benigna.....	238

CAPÍTULO XIV – FONTES DO DIREITO TRIBUTÁRIO.....

1. Conceito de Fonte	243
2. Fontes reais ou materiais.....	244
3. Fontes formais.....	244
3.1. Fontes formais primárias.....	244
3.2. Fontes formais secundárias	245
4. Jurisprudência	245
5. Doutrina	246

CAPÍTULO XV – CRÉDITO TRIBUTÁRIO.....

1. Conceito de Crédito Tributário	247
2. Constituição do Crédito Tributário	248
3. Lançamento	250
4. O lançamento e a aplicação de sanção pela prática de ilícito.	
Auto de Lançamento e Auto de Infração	252
5. Características do Lançamento	253
6. Modalidades de Lançamento	254
6.1. Lançamento por Declaração	255

6.2. Lançamento por Homologação	255
6.3. Lançamento Direto ou de Ofício.....	257
7. A revisão do lançamento	257

CAPÍTULO XVI – CAUSAS SUSPENSIVAS DO CRÉDITO

TRIBUTÁRIO	261
1. Conceito de Causa Suspensiva do Crédito Tributário.....	261
2. Moratória.....	262
3. Depósito do montante integral	263
3.1. O depósito na via administrativa.....	266
4. Reclamações e os Recursos nos termos das Leis que regulam o Processo Tributário Administrativo.....	266
4.1. O processo administrativo tributário federal.....	267
5. Concessão de Medida Liminar em Mandado de Segurança	271
6. Concessão de Medida Liminar ou de Tutela Antecipada, em outras espécies de ação judicial	275
7. Parcelamento.....	276
7.1. Parcelamento e moratória	277
8. Observações finais sobre a suspensão do crédito tributário.....	278

CAPÍTULO XVII – CAUSAS EXTINTIVAS DO CRÉDITO

TRIBUTÁRIO	279
1. Conceito de Causa Extintiva do Crédito Tributário.....	279
2. Pagamento.....	280
2.1. Conceito	281
2.2. Cumulação de tributo e multa	281
2.3. Presunção de pagamento.....	282
2.4. Lugar do pagamento	282
2.5. Tempo do pagamento	282
2.6. Acréscimos moratórios.....	283
2.7. A consulta tributária	284
2.8. Forma do pagamento.....	285
2.9. Imputação do pagamento	285

2.10. Consignação em pagamento.	286
2.11. Restituição do Pagamento Indevido.	287
2.12. Restituição dos tributos indiretos.....	292
2.13. A ação de repetição do indébito	293
3. Compensação	294
4. Transação	302
5. Remissão	303
6. Prescrição e Decadência	303
6.1. Decadência.....	304
6.1.1. Elementos da decadência	306
6.1.2. O termo inicial do prazo decadencial.....	307
6.1.3. A decadência nos tributos sujeitos a lançamento por homologação	309
6.1.4. Termo final do prazo decadencial	313
6.1.5. Interrupção do prazo decadencial	315
6.2. Prescrição.....	315
6.2.1. Termo inicial do prazo prescricional.....	316
6.2.3. Impedimento do prazo prescricional pela apresentação de defesa administrativa	319
6.2.4. Suspensão do prazo prescricional	321
6.2.5. Interrupção do prazo prescricional. O dies ad quem.....	322
6.2.6. Prescrição e decadência nas Contribuições para o Custeio da Seguridade Social.....	325
6.2.7. Prescrição intercorrente	325
6.2.8. Prescrição superveniente para o redirecionamento da execução fiscal	327
7. Conversão do Depósito em Renda.....	332
8. O Pagamento Antecipado e a Homologação do Lançamento nos termos do disposto no art. 150, §4º	332
9. Consignação em Pagamento	333

10. Decisão administrativa irreformável, assim entendida a definitiva na órbita administrativa, que não mais possa ser objeto de ação anulatória	333
11. Decisão Judicial passada em julgado	334
12. Dação em Pagamento de Bens Imóveis, na forma e condições estabelecidas em Lei	334

CAPÍTULO XVIII – CAUSAS DE EXCLUSÃO DO CRÉDITO

TRIBUTÁRIO	337
1. Conceito de Causa de Exclusão do Crédito Tributário	337
2. Isenção	338
3. Anistia	339

CAPÍTULO XIX – GARANTIAS E PRIVILÉGIOS DO CRÉDITO

TRIBUTÁRIO	343
1. Conceito de garantias e privilégios	343
2. Sujeição de todo o patrimônio do devedor	344
3. Fraude à execução	346
4. A indisponibilidade de bens do devedor	348
5. Preferência em Concurso de Credores	349
6. Exigibilidade não sujeita a Concurso de Credores	350
7. Outros privilégios e garantias	352

CAPÍTULO XX – ADMINISTRAÇÃO TRIBUTÁRIA.....

1. Conceito de Administração Tributária	355
2. Fiscalização.....	356
3. Dívida Ativa	360
3.1. Requisitos do Termo de Inscrição da Dívida Ativa.....	361
3.2. Prerrogativa da Dívida Ativa	362
4. Certidões Negativas	363

PARTE ESPECIAL - TRIBUTOS EM ESPÉCIE	365
CAPÍTULO XXI – IMPOSTOS FEDERAIS.....	367
1. Considerações iniciais.....	367
2. Imposto sobre Importação de Produtos Estrangeiros	369
3. Imposto de Exportação para o Exterior de Produtos Nacionais ou Nacionalizados	374
4. Imposto sobre a Renda e Proventos de qualquer natureza.....	376
5. Imposto sobre Produtos Industrializados	387
6. Imposto sobre Operações de Crédito, Câmbio e Seguro ou relativas a Títulos ou Valores Mobiliários.....	395
7. Imposto sobre Propriedade Territorial Rural	400
8. Imposto sobre Grandes Fortunas	405
9. Impostos residuais — Art. 154, I, CF	405
10. Impostos Extraordinários — Art. 154, II, CF	406
CAPÍTULO XXII – IMPOSTOS ESTADUAIS.....	409
1. Considerações iniciais.....	409
2. Imposto sobre a Transmissão Causa Mortis e Doação, de quaisquer Bens ou Direitos	410
2.1. Disposições ordinárias do ITCMD no Estado de São Paulo.....	414
2.2. Disposições ordinárias do ITCD no Estado de Minas Gerais.....	424
3. Imposto sobre Operações relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestação de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação, ainda que as Operações e as Prestações se iniciem no Exterior.....	429
3.1. O aspecto material do ICMS.....	431
3.1.1. O ICMS sobre a realização de operação com circulação de mercadoria.....	431
3.1.2. O ICMS na importação de bens	433
3.1.3. O ICMS na prestação de serviço de transporte interestadual, intermunicipal e de comunicação.....	435

3.1.4. O ICMS no fornecimento de mercadorias com prestação de serviços não compreendidos na competência tributária dos Municípios.....	438
3.1.5. O ICMS sobre operações relativas a energia elétrica, derivados de petróleo, combustíveis e minerais do país.....	441
3.2. O aspecto temporal do ICMS.....	444
3.3. O aspecto espacial do ICMS.....	444
3.4. O aspecto pessoal do ICMS.....	446
3.5. O aspecto valorativo do ICMS.....	447
3.6. Imunidades e não incidências do ICMS.....	452
3.7. A não cumulatividade do ICMS.....	455
3.8. A seletividade do ICMS.....	456
4. Imposto sobre a Propriedade de Veículos Automotores.....	457
4.1. Ausência de lei complementar e bitributação do IPVA.....	457
4.2. O aspecto material do IPVA.....	462
4.3. O aspecto temporal do IPVA.....	464
4.4. O aspecto pessoal do IPVA.....	464
4.5. O aspecto espacial do IPVA.....	465
4.6. O aspecto valorativo do IPVA.....	466
5. Impostos de competência do Distrito Federal.....	467
 CAPÍTULO XXIII – IMPOSTOS MUNICIPAIS.....	 469
1. Considerações iniciais.....	469
2. Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana.....	470
3. Imposto sobre a Transmissão Inter Vivos, a qualquer título, por Ato Oneroso, de Bens Imóveis, por natureza ou acessão física, e de Direitos Reais sobre Imóveis, exceto os de garantia, bem como Cessão de Direitos a sua aquisição.....	477
4. Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza.....	491
 CAPÍTULO XXIV – TAXAS.....	 501
1. Considerações Iniciais.....	501

2. Taxas de Serviço	505
2.1. Diferença entre Taxa e Tarifa.....	509
2.2. Pedágio.....	512
2.3. Iluminação Pública.....	513
3. Taxas de Polícia	514
4. Jurisprudência Constitucional sobre Taxas	515
 CAPÍTULO XXV – CONTRIBUIÇÕES DE MELHORIA.....	 519
1. Conceito e aspectos gerais	519
2. Elementos da Contribuição de Melhoria.....	520
3. Aspectos das Contribuições de Melhoria	523
 CAPÍTULO XXVI – EMPRÉSTIMOS COMPULSÓRIOS	 525
1. Conceito e aspectos gerais	525
2. Jurisprudência Constitucional sobre Empréstimos Compulsórios	528
 CAPÍTULO XXVII – CONTRIBUIÇÕES ESPECIAIS	 531
1. Considerações Iniciais	532
2. Natureza Jurídica das Contribuições Especiais	533
3. Contribuições Sociais.....	535
3.1. Contribuições Sociais Gerais	536
3.1.1. Contribuição Social do Salário Educação.....	536
3.1.2. Contribuição ao Programa de Integração Social – PIS.....	537
3.1.3. Contribuição ao FGTS – Fundo de Garantia do Tempo de Serviço.....	539
3.1.4. Contribuição aos Serviços Sociais Autônomos	541
3.2. Contribuições Sociais para o Custeio da Seguridade Social	543
3.2.1. Contribuição do Empregador sobre a Folha de Salários.....	544
3.2.2. Contribuição da Empresa ao SAT – Seguro de Acidente do Trabalho	547
3.2.3. Contribuição ao FUNRURAL	549

3.2.4. Contribuição da Empresa sobre a Receita ou Faturamento – COFINS	553
3.2.5. Contribuição Social sobre o Lucro Líquido – CSLL.....	557
3.2.6. Contribuição Provisória sobre a Movimentação Financeira – CPMF	559
3.2.7. Contribuição do Empregado, inclusive o Doméstico e do Trabalhador Avulso	561
3.2.8. Contribuição do Segurado Contribuinte Individual e Facultativo.....	562
3.2.9. Contribuição sobre a Receita de Concursos de Prognósticos	563
3.2.10. Contribuição do Importador de Bens ou Serviços do Exterior, ou de quem a lei a ele equiparar	564
4. Contribuições de Intervenção no Domínio Econômico – CIDE	565
4.1. Adicional sobre o Frete para Renovação da Marinha Mercante – AFRMM.....	566
4.2. Adicional de Tarifa Portuária – ATP	568
4.3. Contribuição ao FUST e FUNTTEL.	568
4.4. Contribuição ao Programa Universidade-Empresa.	570
4.5. Contribuição incidente sobre a importação e comercialização de petróleo e seus derivados, gás natural e seus derivados, e álcool etílico combustível	570
4.6. Contribuição para o IAA – Instituto do Açúcar e do Alcool.....	571
4.7. Contribuição para o IBC – Instituto Brasileiro do Café	572
5. Contribuições de Interesse de Categorias Profissionais ou Econômicas	573
5.1. Contribuição Sindical	573
5.2. Contribuição Confederativa	574
6. Contribuição de Iluminação Pública.....	575
BIBLIOGRAFIA.....	577